



A GÊNESE DO DEVER-SER E DO VALOR A PARTIR DA ESSÊNCIA TELEOLÓGICA DO TRABALHO¹

The genesis of the is-ought and value from the teleological essence of labor

LOPES, Fátima Maria Nobre²

RESUMO

Tomando o pensamento do filósofo húngaro György Luckács, principalmente a partir da sua obra *Ontologia do Ser Social*, este artigo, de cunho eminentemente teórico, tem como objetivo demonstrar as suas considerações acerca da posição teleológica do trabalho a partir da qual ocorre a gênese ontológica do dever-ser do fim, demonstrando, ao mesmo tempo, o caráter social dos valores e sua importância no desenvolvimento da generidade humana. Nessa articulação é evidenciado o papel fundamental das posições teleológicas na vida social dos homens que ocorrem quer seja no trabalho, as teleologias primárias; quer seja nos complexos sociais que decorrem dele, as teleologias secundárias. Para Luckács, é a partir dessas posições teleológicas que se estabelece o dever-ser do fim que, por sua vez, é orientado por valores, sendo ambos partes constitutivas da vida social dos homens e, portanto, são igualmente históricos e sociais.

Palavras-Chave: Trabalho. Teleologia. Dever-Ser.

ABSTRACT

This paper aims to demonstrate the considerations of the Hungarian philosopher György Luckács, mainly from his work *Ontology of Social Being*, about the teleological position of labor, from which the ontological genesis of the is-ought of the end occurs. It also seeks to demonstrate the social character of values and their importance in the development of human generativity. In this articulation, the fundamental role of teleological positions in the social life of men is highlighted. These occur both in labor, the so-called primary teleologies, and in the social complexes that derive from it, the so-called secondary teleologies. For Luckács, it is on the basis of these teleological positions that the is-ought of the end is established, which in turn is guided by values, both of which are constitutive parts of the social life of men and are therefore equally historical and social.

Keywords: Labor. Teleology. Is-ought.

¹ Texto publicado, agora com pequenas reformulações e acréscimos, na Coleção XVI ANPOF Marx e Marxismo, em 2015, referente ao XVI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), realizado em outubro de 2014 em Campos do Jordão – São Paulo.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Graduada em Serviço Social e em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Professora Associada da Faculdade de Educação da UFC, Membro permanente do PPGE/ UFC e do PROFILO/UFC, Editora-chefe da Revista Educação em Debate da UFC.
E-mail: fatimanobreufc@gmail.com

INTRODUÇÃO

A temática acerca das categorias do valor e do dever-ser a partir da essência teleológica do trabalho é uma das questões centrais que o filósofo György Lukács trata na sua *Ontologia do Ser Social*, obra essa que seria a introdução de um tratado sobre ética e que não chegou a se efetivar. No entanto, a *Ontologia* tornou-se uma vasta obra sobre a teoria da genericidade humana, na qual ele apresenta as categorias fundamentais da vida social dos homens, ao mesmo tempo em que resgata os delineamentos centrais de uma ontologia deixada por Marx.

Desse modo, a *Ontologia* de Lukács trata principalmente das questões fundamentais do ser social, a partir das categorias do trabalho, reprodução, ideologia e estranhamento. A todas elas Lukács atribui um caráter histórico e social, cuja constituição e fundamentos partem das ações e decisões alternativas dos próprios homens. No entanto, é o trabalho a categoria fundante de toda a processualidade do homem na sua vida social cuja essência consiste no estabelecimento de posições teleológicas compreendendo duas esferas: as teleologias primárias, que ocorrem no ato direto do trabalho, nas relações dos homens com a natureza; e as teleologias secundárias, que ocorrem nos complexos sociais decorrentes do trabalho, quer dizer, na superestrutura, nas relações sociais dos homens entre si.

As teleológicas primárias e as secundárias tem um papel fundamental na práxis social dos homens, pois, é a partir delas que são estabelecidos o dever-ser do fim (cuja gênese ocorre no trabalho) e este, por sua vez, é orientado por valores. Portanto, dever-ser e valores são partes constitutivas da vida social dos homens e, enquanto tais, também são históricas e sociais.

Enfim, por meio do trabalho e dos atos teleológicos primários e secundários, o homem destina um determinado rumo ao seu desenvolvimento pessoal e social, impelido pelo dever-ser e por valores que irão levá-los a permanecer na sua particularidade ou irão contribuir para a sua elevação ao para-si, atingindo os autênticos valores éticos. É por isso que o dever-ser do fim e os valores têm um peso notável no desenvolvimento da genericidade humana.

Tomando essas questões este artigo, de cunho eminentemente teórico, tem como objetivo demonstrar as considerações do filósofo György Lukács, na sua obra *Ontologia do Ser Social*, acerca da posição teleológica do trabalho a partir da qual ocorre a gênese ontológica do dever-ser do fim, demonstrando, ao mesmo tempo, o caráter social dos valores e sua importância no desenvolvimento da genericidade humana.

POSIÇÃO TELEOLÓGICA DO TRABALHO: GÊNESE ONTOLÓGICA DO DEVER-SER

Segundo Lukács, os homens participam do destino da humanidade por meio das suas próprias ações e pensamentos. Mesmo as ações dos indivíduos singulares potencialmente afetam a sociedade inteira e, no limite, o próprio destino da genericidade humana. Portanto, a sociabilidade é consubstancial à natureza dos indivíduos que

agem sempre em situações concretas cuja tessitura histórica é o próprio processo de objetivação/alienação (exteriorização).³

Isso quer dizer que a consciência dos homens não é um simples epifenômeno das séries causais objetivas (quer sejam naturais ou postas) e sim que ela tem um papel decisivo no devir histórico do ser social graças à sua presença no trabalho ao estabelecer o fim (teleologia), escolher os meios e realizar a ação. É nesse sentido que Lukács afirma sempre no decorrer da sua Ontologia que o trabalho, através da posição teleológica do homem, gera e fundamenta a sua vida social. Aqui emerge uma transformação não só na objetividade, mas também no sujeito que trabalha. Nesse processo de transformação postula-se a unidade ontológica entre objetivação e alienação (exteriorização) na qual podem ocorrer estranhamentos ou elevações do desenvolvimento social e da personalidade voltada ao para-si. A ação dirigida para uma dimensão ou outra vai depender da escala de valores dos sujeitos da ação, pois, o processo de objetivação/alienação (exteriorização) impõe aos homens critérios para valoração tanto em relação ao trabalho em-si (no ato de transformar a natureza em objetos de uso) como em relação ao seu comportamento enquanto indivíduos.

Portanto, o homem através do trabalho e dos atos teleológicos impõe um determinado rumo ao seu desenvolvimento (pessoal e social). E aqui ele é “impelido por valores extremamente diversos, que determinam a escolha entre conservação, reprodução ou superação” (Lukács, 1981, p. 429). Lukács comenta que neste desenvolvimento os valores têm um peso notável, pois há aqueles que impelem os homens a permanecer na mera particularidade e há aqueles voltados para a construção da generidade humana para-si, que são os autênticos valores éticos.

É evidente que nesse âmbito são necessários tipos de comportamentos que se tornam decisivos para a generidade humana. Lukács diz que “é reconhecido universalmente que o domínio do homem sobre os próprios instintos, afetos, etc., constitui o problema fundamental de qualquer disposição moral, desde os costumes e tradições até as formas mais elevadas da ética”(Lukács, 1981, p. 54). O problema desses graus superiores Lukács afirma que irá discutir de forma detalhada na Ética. Mas no quadro da ontologia do ser social o domínio sobre os afetos já aparece nos estágios iniciais do trabalho, pois para o seu sucesso é preciso que o homem tenha domínio sobre si mesmo. Portanto, o salto do homem enquanto ser biológico ao ser social através do trabalho provoca mudanças no seu comportamento, principalmente em relação à posição teleológica e à sua realização pois a sua ação deve estar a serviço do fim estabelecido na respectiva posição. Temos aqui o surgimento de uma práxis caracterizada pelo dever-ser. Segundo Lukács “o momento determinante imediato de qualquer ação que vise a sua realização não pode deixar de ter a forma do dever-ser, uma vez que qualquer passo em direção à realização é decidido verificando se e como ele favorece a obtenção do fim”(Lukács, 1981, p. 71).

Podemos perceber que o dever-ser na ontologia lukacsiana refere-se a uma ação em prol da obtenção do fim estabelecido na posição teleológica. É por isso que, para Lukács, a origem do dever-ser ocorre “a partir da essência teleológica do trabalho”

³ Na edição italiana da *Ontologia* de Lukács, cujo referencial está sendo usado neste artigo, o termo *alienação* tem o sentido de *exteriorização*, ao passo que os bloqueios à plena explicitação do gênero humano são caracterizados por *estranhamento* (que em nossa literatura brasileira ganha o nome de *alienação*). Por esse motivo sempre que utilizarmos a terminologia *alienação* neste artigo, colocaremos, entre parentes, a palavra *exteriorização*, posto que é este o sentido empregado na mencionada edição.

(Lukács, 1981, p. 76). Portanto, o processo do trabalho é guiado teleologicamente e o seu desenvolvimento consiste no aperfeiçoamento e na concretização do fim. E, aqui, o agir é orientado pelo dever-ser do fim que, sendo realizado o máximo possível eleva o ser a níveis mais altos.

Não obstante, para Lukács, o dever-ser e os valores são uma criação do homem explicitados concretamente no seu processo sócio-histórico, tanto em relação ao trabalho (no plano das teleologias primárias) de onde se origina ontologicamente o dever-ser, como em relação aos complexos sociais que daí derivam (no plano das teleologias secundárias).

No que se refere ao dever-ser no trabalho, a sua essência ontológica atua sobre “o sujeito que trabalha e determina o seu comportamento laborativo, mas não acontece apenas isto; ela determina também o seu comportamento em relação a si mesmo enquanto sujeito do processo de trabalho” (Lukács, 1981, p. 76-77). E nesse processo, a constituição do fim, do produto e dos meios, também determina a essência da postura subjetiva, ou seja, um trabalho só pode ter sucesso “quando cumprido sob o fundamento de uma grande objetividade, e por isso a subjetividade neste processo deve estar a serviço da produção” (Lukács, 1981, p. 77). Naturalmente as qualidades do sujeito (habilidades, espírito de observação, tenacidade, etc.) influenciam no curso do processo de trabalho, porém todas as faculdades do homem que aí são mobilizadas devem estar sempre voltadas para o domínio efetivo desse processo. Se for preciso ocorrem até mesmo mudanças interiores, daí a necessidade do autodomínio do homem nessa esfera do trabalho como efeito necessário do dever-ser do fim. Lukács comenta que esse autodomínio do homem em prol do processo de trabalho e “o crescente controle da sua inteligência sobre as próprias inclinações biológicas espontâneas, hábitos, etc., são regulados e orientados pela objetividade desse processo” (Lukács, 1981, p. 49). A objetividade, por sua vez, é fundada em torno da própria natureza do objeto, dos meios e da finalidade do trabalho.

Essas postulações de Lukács nos dizem claramente a influência do dever-ser do trabalho no comportamento do sujeito, agindo sobre ele e modificando-o. Por conseguinte, o ponto de partida determinante no trabalho é o comportamento efetivo do trabalhador independente de ter efeitos práticos ou não no interior do sujeito, apesar do dever-ser “promover e despertar algumas qualidades do homem que mais tarde serão de grande importância para formas de práxis mais evoluídas” (Lukács, 1981, p.77). Lukács afirma que mesmo assim essas mudanças no sujeito não envolvem, de imediato, a totalidade da sua pessoa, podem funcionar muito bem no trabalho enquanto tal, sem atingir o restante da vida do sujeito. Há grandes possibilidades de que isto aconteça, mas apenas possibilidades.

Porém em relação às teleologias secundárias, quando a finalidade é a de induzir outros homens a posições teleológicas que eles mesmos deverão realizar, a subjetividade de quem põe adquire um papel qualitativamente diferente, e, nesse caso, a autotransformação do sujeito torna-se um objeto imediato das respectivas posições teleológicas cujo conteúdo, assim como no trabalho, é também um dever-ser. Certamente que essas posições se distinguem daquelas do processo de trabalho tanto por serem mais complexas e também pela sua diversidade e qualidade.⁴

⁴ Lukács comenta que o aprofundamento dessa análise será feito na Ética. Porém o nosso autor faleceu antes de concretizar tal intento.

As derivações que podemos tirar dessa concepção remetem à seguinte constatação: quer seja no plano das teleologias primárias, quer seja no plano das secundárias, todas as ações estão relacionadas ao dever-ser. São atos, diz Lukács, “nos quais não é o passado na sua espontânea causalidade que determina o presente, mas, ao contrário, o objetivo futuro, teleologicamente posto, é o princípio determinante da práxis direcionada para ele” (Lukács, 1981, p. 78). Por isso torna-se importante o exame do dever-ser no trabalho com a sua função de efetivação do intercâmbio orgânico entre homem e natureza. Segundo Lukács essa relação tanto fundamenta a gênese do dever-ser em geral, no sentido da satisfação das necessidades do homem, como das suas formas específicas expressas na superestrutura social, aqui no plano das teleologias secundárias.

Lukács diz que o dever-ser, cuja gênese ontológica ocorre a partir da essência teleológica do trabalho, possui possibilidades diversas, tanto objetivas como subjetivas; no plano das teleologias primárias ou secundárias. Quais delas e de que modo irão se tornar realidades sociais, “é uma coisa que depende do respectivo desenvolvimento concreto da sociedade e, as determinações concretas de tal desenvolvimento, é possível compreendê-las de maneira adequada somente *post festum*” (Lukács, 1981, p.79). Em todo caso, o dever-ser está intimamente relacionado ao valor, posto que este influi sobre as posições teleológicas, primárias ou secundárias, e também sobre os seus resultados.

Em suma, o dever-ser é um fator determinante da práxis subjetiva do trabalho, ou seja, o sujeito do trabalho deve realizar sua atividade tendo em vista o dever-ser do fim estabelecido na posição teleológica que aí se instaurou. Ao mesmo tempo o dever-ser é uma categoria do ser social em geral. Mas ele só pode cumprir essa função porque o que se pretende atingir tem valor para o homem. Dever-ser e valor são momentos de um mesmo complexo, porém o valor influi sobretudo sobre a posição do fim e é o critério de avaliação do produto realizado, ao passo que o dever-ser funciona mais como regulador do processo enquanto tal. Por conseguinte, dever-ser e valor são categorias constitutivas do ser social; são distintas entre si e ao mesmo tempo estão inter-relacionadas. Vejamos de que modo Lukács concebe a categoria do valor e a sua determinação no desenvolvimento da generidade humana.

O CARÁTER SOCIAL DOS VALORES E A SUA DETERMINAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO GÊNERO HUMANO.

Não há dúvida de que para Lukács o dever-ser e os valores são categorias do ser social e que estão ligados indissolúvelmente ao desenvolvimento da generidade humana em direção ao para-si e, portanto, a uma dimensão ética, cuja realização ocorre através do processo de objetivação/alienação (exteriorização). Esse processo, por meio da teleologia, dá origem a uma nova forma de objetividade humana. Aqui acontece a transformação do real e se desenvolve a práxis social de onde se origina e se fundamenta a questão dos valores e do dever-ser como momentos essenciais na determinação das escolhas e das posições teleológicas.

Apesar dessa íntima conexão entre dever-ser e valor Lukács diz que a questão dos valores deve ser discutida à parte, pois, é o valor que vai definir como válido ou

inválido um produto final ou resultado de uma ação e também, como já mencionamos, ele influencia na posição do fim. Então cabe aqui a pergunta se o valor é propriedade objetiva de algo ou se é uma determinação puramente subjetiva e ainda qual é a sua gênese ontológica.

Lukács nos deixa bem claro que o valor é uma categoria puramente social e que possui as dimensões objetiva e ao mesmo tempo subjetiva. Para ele, “não é possível, sem dúvida nenhuma, extrair o valor diretamente das propriedades naturais de um objeto” (Lukács, 1981, p.79).⁵ Certamente que para isso é preciso a presença da consciência humana e da posição teleológica; por outro lado, os valores têm também uma dimensão objetiva pois não se pode extraí-los do “nada” e também porque são partes moventes e movidas pelo complexo desenvolvimento social. Portanto, os valores são potencialidades objetivas da materialidade, porém só podem ser atribuídos mediante a posição teleológica dos homens.

É importante compreendermos aqui o destaque de Lukács acerca do caráter social do valor, pois, como já percebemos, os valores são uma criação humana e só existem mediante as qualidades dos objetos e da sua objetivação através da práxis social dos homens. É nesse sentido que Lukács defende a ideia de que os valores só podem surgir através do processo de objetivação/alienação (exteriorização). A mera objetividade é, a princípio, indiferente ao valor, só quando é posta no sistema de objetivações/alienações (exteriorizações) ela pode adquirir um valor. Portanto, os valores e o processo de valoração são puramente sociais. Lukács se refere aos valores materiais e também aos espirituais “como os estéticos ou éticos” (Lukács, 1981, p.79). Em suma, todas as avaliações resultantes das decisões subjetivas, “estão ancoradas na objetividade social dos valores, no significado deles para o desenvolvimento objetivo da espécie humana” (Lukács, 1981, p.129).

Nessa objetividade social dos valores está contida a aprovação da posição teleológica. Uma faca tem valor, por exemplo, se ela corta bem. Então um objeto tem valor quando pode servir, de maneira adequada, à satisfação da necessidade humana. Podemos encontrar aqui o ponto central do caráter social dos valores cuja gênese ontológica ocorre “no trabalho como produção de valores de uso (bens)” (Lukács, 1981, p.84. O acréscimo é do autor). Dito de outro modo, no processo do trabalho, por meio da posição teleológica, os homens escolhem entre o que é útil ou inútil para a satisfação das suas necessidades. Tal escolha ocorre, como já frisamos, mediante os valores atribuídos na posição do fim, no ato do trabalho. Esse processo consiste na transformação da natureza em objetos de uso.

Nesse momento Lukács está falando do modo mais elementar do valor que está ineliminavelmente ligado à existência natural do objeto que se torna valor de uso, na medida em que é útil à vida do homem, por meio da sua posição teleológica. Portanto, todos os valores de uso são produtos do trabalho. Lukács diz que em casos limites encontramos até mesmo valores de uso na natureza, que não sejam produtos do trabalho como o ar, a terra, a madeira, etc. Mesmo assim eles só se tornam valores de uso mediante a posição teleológica do homem acompanhada do seu caráter de utilidade. E também esses mesmos objetos naturais podem ter novos valores à medida que são possibilidades para a criação de produtos de

⁵ Em outro trecho Lukács diz que “a natureza não conhece valores [...], a presença efetiva do valor, na realidade, se restringe ao ser social (Lukács, 1981, p.91).

trabalho, como por exemplo, a madeira da árvore que é utilizada na fabricação de cadeiras, casas, etc.

Disto resulta que podemos considerar o valor de uso como uma forma de objetividade social. “A sua sociabilidade está fundada no trabalho: a imensa maioria dos valores de uso surge a partir do trabalho mediante a transformação dos objetos” (Lukács, 1981, p.59).

O valor de uso nesse contexto da formação social e enquanto meio de satisfação das necessidades, é algo de objetivo. E essa objetividade não é diminuída pelo fato de que a utilidade tenha um caráter teleológico. Desse modo, o valor de uso não é simples resultado dos atos subjetivos, ele manifesta uma propriedade objetiva e social uma vez que é fundado a partir do trabalho.

Lukács comenta que os valores de uso representam sempre uma forma de objetividade social e que o trabalho nessa dimensão, no intercâmbio entre homem e natureza, “constitui um dado característico de todas as formações sociais, de todos os sistemas econômicos [...]” (Lukács, 1981, p. 80)⁶ e, portanto, independentemente de qualquer modo de produção. O que vai gerar modificações são os seus diversos modos concretos de se apresentar, até mesmo no interior de uma mesma formação. Aqui Lukács, após Marx, está falando do trabalho concreto, enquanto criador de valores de uso, e de sua dimensão ontológica, enquanto gênese da vida social dos homens, com todos os seus complexos sociais que daí derivam.

Em que pese a gênese ontológica do trabalho como criador de valores de uso, a multiplicidade e a dinâmica das mediações que aí interferem fazem com que, no âmbito da superestrutura, os valores adquiram vários significados. Portanto, no plano das teleologias primárias, na troca orgânica entre homem e natureza, a situação é muito mais simples e unívoca; mas no plano das teleologias secundárias o processo é muito mais complexo.

Lukács toma como exemplo o que Marx chama de “metamorfose das mercadorias” que se refere à compra e venda de mercadorias resultantes do trabalho. Trata-se das relações mercantis baseadas no valor de troca e do dinheiro. Em suma, o trabalho simples (criador de valores de uso) com o desenvolvimento da divisão do trabalho, determinada pela tecnologia, ganha uma nova dimensão que predomina como valor de troca caracterizando a práxis econômica dos homens.

Por conseguinte, essa práxis econômica é obra dos próprios indivíduos, pois ela é resultado de posições teleológicas singulares e de suas efetivações. Mas, a partir de certo nível, esses atos teleológicos se cristalizam numa totalidade processual que “já não é mais apreensível pelos sujeitos econômicos singulares [...] com efeito, na maioria dos casos, os homens dificilmente conseguem compreender bem as consequências das próprias decisões” (Lukács, 1981, p.86). Lembramos que é nesse sentido que Marx, e depois Lukács, dizem que o homem faz a sua história

⁶ Veja que Marx falando do trabalho no modo de produção capitalista ressalta que a produção de *valores de uso* ou bens, não modifica a sua própria natureza geral, pelo fato de se realizar para o capitalista e sob o seu controle. Portanto, “o processo de trabalho deve ser considerado, num primeiro momento, independentemente de qualquer forma social determinada [...]”(Marx,1980, p. 211). Em outra passagem Marx diz que o processo de trabalho nos seus movimentos simples “é atividade finalística para a produção de valores de uso, apropriação dos elementos naturais para as necessidades humanas [...], *condição natural eterna da vida humana*; portanto é independente de qualquer forma dessa vida, aliás é comum igualmente a todas as formas de sociedade da vida humana”. (Marx, 1980, p. 215. Os grifos são do autor).

sem ter uma consciência e um domínio total sobre ela, pois, os efeitos causais no âmbito dessa práxis sintetizam-se numa lei econômica “e deste modo retroagem sobre os atos singulares, determinando-os, e o singular deve, sob pena de fracasso, adequar-se a tal lei” (Lukács, 1981, p. 86-87).

É nesse ponto que consiste o caráter objetivo do valor econômico. A sua objetividade em última instância, está fundado no trabalho, na troca orgânica com a natureza, porém a realidade objetiva do seu caráter de valor vai para além desse nexos elementar, pois o valor de uso nesse contexto adquire uma dimensão de universalidade tornando-se abstrato ao ser destacado como valor de troca, assumindo, assim, a função de guia das relações humanas.

Nesse sentido as leis da práxis econômica produzem e reproduzem, na sua objetiva dialética processual, em nível sempre mais elevado, o homem social, contribuindo para o seu desenvolvimento. Porém esse desenvolvimento das capacidades humanas deve estar adequado à produção. Aqui acontece o desenvolvimento social objetivo ao mesmo tempo em que também se dá o desenvolvimento do homem, mas, o desenvolvimento das capacidades não acompanha necessariamente o da personalidade, ao contrário pode aviltá-la, depreciá-la ao emergir o seu estranhamento. É nesse sentido que Tertuliam falando do desenvolvimento, desigual, delineado por Marx e resgatado por Lukács, diz que “progresso econômico e progresso moral de modo algum coincidem, dado que a lógica do desenvolvimento econômico e a autoafirmação da personalidade humana às vezes são assimétricas [...]” (Tertulian, 1996, p. 64). Isso implica um desenvolvimento contraditório no processo histórico. Diz Lukács (1981, p. 142):

Temos, assim, um movimento duplo e contraditório: de um lado, o caráter de utilidade do valor adquire uma dimensão de universalidade, de domínio sobre toda a vida humana, e isso acontece ao mesmo tempo em que a utilidade vai se tornando cada vez mais abstrata, na medida, em que o valor de troca, sempre mediado, elevado à universalidade, em si mesmo contraditório, assume a função de guia nas relações sociais entre os homens. Sem que com isso se possa esquecer que o pressuposto para a existência do valor de troca é o valor de uso.

Essa proposição de Lukács nos faz lembrar a tese de Marx acerca do duplo aspecto do trabalho representado na mercadoria: valor de uso e valor de troca, que é típico do modo de produção capitalista. A esse respeito Marx diz que “para produzir mercadoria, faz-se mister produzir não só valor de uso, mas valor de uso para outros, o valor de uso social” (Marx, 1980, p. 73). Aqui desaparece a peculiaridade do trabalho, fazendo com que ele assuma esse duplo aspecto de criador de valor de uso e de valor de troca. Segundo Marx ao desaparecer o caráter de utilidade dos produtos do trabalho “desaparecem também as diversas formas concretas destes trabalhos as quais não se distinguem mais; são todas reduzidas a trabalho humano igual, trabalho humano abstrato” (Marx, 1980, p. 70. Grifos do autor).⁷

O termo abstrato refere-se justamente ao trabalho na sua dimensão enquanto criador de valores de troca; ao passo que o trabalho enquanto criador de valores de

⁷ Em outro trecho Marx diz que “essa dupla natureza do trabalho contida na mercadoria foi demonstrada criticamente pela primeira vez” por ele. (Marx, 1980, p. 73). Trata-se do duplo aspecto do trabalho, ou seja, o seu caráter universal como criador de valor de uso e o seu caráter particular, historicamente determinado, que se manifesta como valor de troca e que adquire uma universalidade no modo de produção capitalista, como se fosse eterno. De certo modo, aqui se encontra o alicerce metodológico da teoria de Marx.

uso refere-se à sua dimensão concreta, ao trabalho em geral, que é condição eterna da vida social dos homens, independente do modo como ele se manifesta em cada etapa histórica. Mas não podemos esquecer que são dois aspectos de um mesmo trabalho. No modo de produção capitalista, com a manifestação e o predomínio do valor de troca, como vimos anteriormente, o trabalho torna-se estranhado uma vez que o seu resultado, o produto, não pertence ao trabalhador e sim ao capitalista cuja intenção maior é produzir valores que sejam “portadores de valores de troca [...], um valor que seja mais alto do que a soma dos valores das mercadorias necessárias à sua produção [...]. Ele não quer produzir apenas um valor de uso [...], mas também mais-valia” (Marx, 1980, p. 220. Grifos do autor). Essa mais-valia é extraída da força de trabalho do trabalhador, tornando-se uma mercadoria como outra qualquer. Marx diz que, no modo de produção capitalista, “a desvalorização do mundo humano aumenta em relação direta com a valorização do mundo das coisas. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz a si mesmo e o operário como mercadoria [...]” (Marx, 1983, p. 71. Grifos do autor).⁸

Fizemos essa pequena digressão para melhor compreendermos o resgate de Lukács acerca dessa teoria de Marx sobre o duplo aspecto do trabalho no modo de produção capitalista, predominando a sua dimensão de valor de troca e, conseqüentemente a extração da mais-valia, a partir das quais se geram os estranhamentos do trabalhador no trabalho e nos demais complexos da sua vida social.

É por isso que para Lukács, após Marx, o estranhamento é um fenômeno eminentemente social. Do mesmo modo o valor de troca “tem um caráter social puro [...] a sua existência e operatividade, enquanto tais, nada tem a ver com o ser físico, químico ou biológico” (Lukács, 1981, p. 142). É nesse sentido que para Marx e Lukács há a necessidade de superação dessa dimensão do trabalho, enquanto criador de valor de troca, que gera estranhamentos. Ao passo que defendem a positividade do trabalho enquanto criador de valores de uso, pois, é aqui que consiste o processo de objetivação/alienação (exteriorização) como uma condição necessária e eterna do desenvolvimento da generidade humana. Somente o seu aspecto de valor de troca, ao gerar os estranhamentos, é que deve ser superado.

Em todo caso o valor de troca mesmo sendo uma categoria social pura só pode se tornar realidade em indissolúvel relação com o valor de uso, este por sua vez, é um dado da natureza socialmente transformado. Porém mesmo nessa conexão, com o valor de uso, o valor de troca não deixa de ser puramente social e de se fazer universal e dominante nas relações sociais no modo de produção capitalista.

O importante dessa dimensão social do valor é que, segundo Lukács, “o desenvolvimento econômico é a espinha dorsal do progresso efetivo. Por isso os valores determinantes que se conservam ao longo desse processo são sempre – conscientemente ou não - referentes a ele” (Lukács, 1981, p. 98). Nesse sentido os valores têm um caráter social e um peso ontológico notável no desenvolvimento da generidade humana. Lukács comenta que apesar dessa constituição ontológica da

⁸ Segundo Marx o trabalhador ao se tornar mercadoria mutila-se enquanto ser humano pois o trabalho que deveria ser a sua realização e satisfação torna-se uma exploração e um sofrimento. Decorre aqui a depreciação do generidade humana e, conseqüentemente, o fetichismo da mercadoria, acompanhado da reificação das relações humanas. Nesse sentido, Marx diz que as leis da mercadoria no capitalismo aparecem aos homens “como leis naturais onipotentes dominando-os, reduzindo-os à impotência, impondo-se a eles como uma cega necessidade” (Marx, 1980, p. 944).

esfera econômica e da sua função ontologicamente primária no âmbito das relações sociais, isso não implica uma hierarquia de valor. Ele quer apenas destacar que a estrutura econômica é a base da superestrutura social, não podendo jamais ser o inverso. A partir dessa visão é possível compreender o desenvolvimento genérico das categorias superiores. Nesse desenvolvimento da genericidade humana os valores se conservam na sociedade e se tornam partes integrantes da vida dos homens no seu processo de produção e reprodução social. Eis a sua dimensão sócio-objetiva.

No entanto não podemos esquecer que esse caráter do valor, cristalizado na totalidade social é construído pela somatória causal de posições alternativo-teleológicas, ou seja, o valor econômico e os valores dos demais complexos sociais são postos em movimento exclusivamente por meio dos atos teleológicos dos homens, embora a síntese desses atos escape, em parte ou totalmente, ao seu controle e resulte muitas vezes diferente da intenção inicial, pois as ações de cada sujeito interferem no resultado das ações dos outros e vice-versa. Mas é importante frisar que o processo social total tem um caráter apenas causal e não finalístico.

Dessa forma é preciso rejeitar qualquer dedução lógica dos valores partindo do seu conceito geral, tomado abstratamente; do mesmo modo deve-se rejeitar a ontologia vulgar-materialista que vê as categorias mais complexas como simples produtos mecânicos das mais elementares e fundantes, como se não existisse a presença das teleologias e ações humanas. Criticando essas duas posições e exemplificando um complexo social como o direito Lukács diz que “o idealismo fetichizante [...] quer interpretar a esfera do direito como algo que repousa sobre si mesmo; O materialismo vulgar [...] quer fazer derivar mecanicamente este complexo a partir da estrutura econômica” (Lukács, 1981, p 91-92).

Lukács comenta que é importante rejeitar essas duas falsas concepções para que se possa compreender de modo correto a relação entre valor econômico e os outros valores da práxis social. É preciso perceber que os valores têm por fundamento ontológico o trabalho, acompanhado da sua base econômica, porém são portadores de determinações para além deles. Decorre aqui uma dependência e, ao mesmo tempo, uma autonomia; uma conexão e uma heterogeneidade entre esses diversos valores, requerendo ações e meios diferentes para realizá-los. O importante é que os resultados adquiram o máximo de otimização possível.

A escolha das ações e meios adequados para o cumprimento de determinados fins implica uma valorização não somente material, mas também moral, de caráter ético. A esse respeito Lukács chama a atenção para o fato de que a história nos mostra que muitas vezes meios que parecem adequados e racionais para determinadas finalidades revelam-se, às vezes, falhos e até mesmo catastróficos para outras. Dessa forma fica difícil organizar a priori uma tabela racional dos meios admissíveis e não admissíveis. Porém mesmo diante dessas dificuldades, é preciso deixar claro que:

As motivações morais, éticas, etc. dos homens se apresentam como momentos reais do ser social; momentos que, mesmo operando – com maior ou menor eficácia – sempre no interior de complexos sociais contraditórios, mas unitários na sua contraditoriedade, todavia são sempre partes reais da realidade social; deste modo, por sua própria constituição desempenham uma função decisiva para estabelecer se é adequado ou inadequado, justo ou reprovável, determinado meio para realizar determinado fim [...] (Lukács, 1981, p. 128).

Todo ato social é uma unidade sintética de elementos gerais e particulares. Cabe aos indivíduos escolherem as possibilidades voltadas para a sua particularidade ou para a generidade humana. Aqui temos um salto para a ética, vai depender da escala de valores. É por isso que, segundo Lukács, os valores têm um grande peso no desenvolvimento da generidade humana e na possibilidade de se chegar ao para-si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando as considerações centrais, aqui expostas, reafirmamos que o dever-ser é um fator determinante da práxis subjetiva do trabalho, ou seja, o sujeito do trabalho deve realizar sua atividade tendo em vista o dever-ser do fim estabelecido na posição teleológica. Ao mesmo tempo o dever-ser é uma categoria do ser social em geral uma vez que dessa determinação primária resulta uma objetividade social, agora determinada pelas teleologias secundárias que também requer um dever-ser. Mas o dever-ser só pode cumprir essa função porque o que se pretende atingir tem valor para o homem. Dever-ser e valor são momentos de um mesmo complexo, porém o valor influi, sobretudo, sobre a posição do fim e é o critério de avaliação do produto realizado; ao passo que o dever-ser funciona mais como regulador do processo enquanto tal. Por conseguinte, dever-ser e valor são categorias constitutivas do ser social, são distintas entre si e ao mesmo tempo estão inter-relacionadas, influenciando o destino da vida social dos homens.

Tal destino, é claro, vai depender das suas decisões alternativas que recebem impulsos tanto dos valores sociais como também singulares. Portanto, o valor dessas decisões é determinado por uma verdadeira intenção dos homens, tornada objetiva por meio da sua práxis, “intenção que pode orientar-se para o essencial ou para o contingente, para aquilo que leva adiante ou que freia” (Lukács, 1981, p. 98).⁹ Portanto, diante das alternativas, quer sejam econômicas ou morais, dever-ser e valor podem ser postos negativa ou positivamente.

A sociedade atual pode conduzir para um ou outro caminho, pois, ela contém um patamar de possibilidades tanto para a geração e manutenção dos estranhamentos, como também para a sua superação através da elevação dos valores e do cumprimento do dever-ser do fim no seu sentido ontológico, conduzindo ao caminho do para-si. Sabemos que o predomínio do individualismo egoísta, no mundo atual, dificulta muito esse alcance, porém não é impossível, pois, em muitos casos, decisões singulares podem se tornar generalizantes transformando o que é meramente pessoal “em leis gerais, normas, tradições, etc.” (Lukács, 1981, p. 429).

Em suma, o desenvolvimento sócio-global possibilita o desenvolvimento da generidade humana em direção ao para-si. A realização dessa possibilidade depende das decisões alternativas dos indivíduos que são feitas mediante critérios de valores, que influenciam o dever-ser do fim, tanto no plano das teleologias primárias, como no plano das teleologias secundárias. Portanto, a adoção ou rejeição de certos valores podem romper uma determinada estrutura e contribuir

⁹ Em outra passagem, Lukács diz que os indivíduos podem contribuir para a manutenção, rebaixamento ou elevação “do patamar já alcançado da generidade humana” (Lukács, 1981, p.98).

para uma nova formação social. Segundo Lukács, os valores têm ou podem ter um grande peso na superação dos estranhamentos na sociedade atual e esses são justamente os valores éticos. É por isso que o nosso autor aponta uma dimensão ética na superação do estranhamento, no caminho do para-si.

REFERÊNCIAS

LUKÁCS, György. Ontologia dell'essere sociale – 3 vols. A cura di Alberto Scarponi, 1ª edizioni, Roma: Riuniti, 1976 (vol. I); 1981 (vol. II* e vol. II**).

MARX, Karl. Il Capitale (1867) – 5 vols. Traduzione di Delio Cantimori e Altri. 8ª edizione, Roma, Editori Riuniti, 1980.

MARX, Karl. Manoscritti Economico-Filosofici del 1844. Traduzione di Norberto Bobbio. Ottava Edizione, Torino, Giulio Einaudi editore, 1983, 188p.

TERTULIAN, Nicolas. Uma apresentação à Ontologia do ser social de Lukács, IN: Crítica Marxista, no. 03. 1ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1996, p. 54 a 69.

Data da submissão: 11/06/2024

Data da aprovação: 12/08/2024